

● GUERRA E POLÍTICA
(EM NOME DA VERDADE
— OS ANOS DECISIVOS)
Kaulza de Arriaga

Éis uma obra que revela um maniqueísmo julgado já impossível em fins da década de 80. Para Kaulza de Arriaga, o mundo resume-se a um permanente conflito entre o Ocidente e o Comunismo, do qual todos os acontecimentos políticos (e muitos outros) seriam tributários. Assim, os movimentos anticolonialistas em África nada teriam a ver com eventuais aspirações nacionalistas e de justiça social, mas apenas com a estratégia mundial do que o general designa a «Rússia soviética». De acordo com estas ideias bebidas na mais rudimentar cartilha da guerra fria, Portugal terá cometido um único erro no continente africano: não ter sabido combater eficazmente essa «subversão» enviada do exterior. Tudo o resto estaria correcto, incluindo a consolidação do que o autor designa por «conjunto português» — um projecto megalómano e irrealista de aglutinação de todos os territórios sob domínio lusitano numa única



e estrutura política em que a capital fosse transferida de Lisboa para Luanda — ideia não original mas um pouco absurda quando retomada nos dias que correm, embora no livro ela seja considerada «sofusão impar e certamente a única para a humanidade».

Aliás, o que deu fama a Kaulza foi justamente o substrato teórico que quis encontrar para justificar a manutenção da presença portuguesa em África: nas aulas de estratégia que, em meados dos anos 60, ministrou no curso de Altos Comandos do Instituto de Altos Estudos Militares, anunciou a sua original «descoberta científica» segundo a qual a inteligência dos povos ia diminuindo à medida que se caminhava de Norte para Sul da Terra, de modo que os africanos necessitavam de ser governados pelos europeus. Qu, como o próprio explica agora no seu livro, «o ritmo de promoção aos mais altos níveis educacionais de elementos das etnias africanas negras deveria ser coordenado com o ritmo de povoamento da

África Portuguesa por elementos de nível equivalente da etnia branca». Durante anos, o general tornou assim um dos mais fortes argumentos para que os movimentos anticolonialistas atacassem como racista a política ultramarina portuguesa, apesar dos esforços de Lisboa para demonstrar a «multirraciedade» do regime.

Para além de reafirmar o seu integralismo, o livro de Kaulza de Arriaga assume-se, sobretudo, como justificação desta e de outras atitudes. Mas as explicações do ex-comandante-chefe de Moçambique tornam-se bastante atabalhoadas quando aborda matérias tão embaraçosas como esta questão do «equilíbrio» entre etnias. Primeiro parece defender a mesma ideia, depois admite que «teria errado, em certa medida» e por último julga-se redimido do erro, por ter começado a advogar «teses de promoção máxima possível dos elementos negros» quando passou a exercer o seu comando moçambicano, em 1970.

Com efeito, apesar da categórica dicotomia com que o autor vê o mundo e da inequívoca posição que assume, os seus gestos e as suas palavras surgem recheados de múltiplas incoerências. Veja-se, por exemplo, as considerações que apresenta sobre a Operação Nô Górdio, por si desencadeada em Moçambique com o objectivo declarado de exterminar a Frelimo. «Depois do abalo sofrido em 1970 com a Operação Nô Górdio», escreve, a guerrilha «estava, no segundo semestre de 1973, reforçadamente no caminho do esgotamento, não só lhe sendo impossível qualquer velocidade de crescimento da subversão como tendendo esta para drástica diminuição». Ora, sabe-se que se passava exactamente o contrário: aquela que foi a maior operação militar portuguesa durante a guerra em África teve o efeito de uma paulada num vespeiro. Os nacionalistas viram atacadas as suas bases centrais, mas espalharam-se por zonas até então interditas à guerrilha. Em 1973, a Frelimo encontrava-se no auge da

sua implantação no terreno e combatividade. A Operação Nô Górdio, que fora olhada com desconfiança por outros generais, era agora tida por um fracasso entre as fileiras portuguesas, e só Kaulza continuava teimosamente a discordar dessa opinião.

O mesmo tipo de contradição surge quando o general se refere aos massacres praticados por tropas sob o seu comando (os «pseudomassacres», como os classifica). A revelação das barbaridades cometidas por unidades do Batalhão de Comandos nas localidades de Wiriyamu, Chawola e Jwau (Tete) em Dezembro de 1972 constituiu outra arma poderosa nas mãos dos que criticavam o regime de Lisboa. Mas Kaulza ousa salientar «a grande humanidade com que as operações, mesmo as especificamente militares, eram conduzidas e executadas», garantindo que eram raros os «actos indevidos espontâneos» e que «a própria destruição que produziam tinha como objectivo a defesa da construção». O autor, que revela uma tendência incontrolável para citar documentos, «esqueceu-se» desta vez de mencionar os seus relatórios justificativos dos massacres de Tete, em que comunicava às autoridades centrais: «Em Moçambique decorre uma autêntica guerra, em que a distinção entre terroristas, elementos que os apoiam efectivamente e simpatizantes é extremamente difícil».

Ainda a propósito de incongruências, verifique-se como o general trata as Forças Armadas no período que antecede o 25 de Abril: eles são, alternadamente, o último «exemplo de virtude» capaz de sustentar a guerra ou uma instituição à beira da desagregação e do que diz ser «a vitória do erro, da apostasia e da traição».

Mesmo ao falar dos episódios de política interna em que esteve envolvido, Kaulza baralha-se com os seus próprios argumentos. Afirma, por exemplo, que Salazar se devia ter retirado nos anos 50, mas que lhe repugnava uma acção de força contra o chefe do Estado Novo. A tal ponto que o então subsecretário de Estado da Aeronáutica será mesmo uma das figuras centrais na liquidação da tentativa de golpe de Botelho Moniz e Costa Gomes em 1961, o que permitirá prolongar a liderança de Salazar por mais alguns anos (pela soma de detalhes que revela, o capítulo dedicado a esta questão é aliás, porventura, o mais interessante de todo o livro).

Finalmente, Kaulza arvora-se a si e aos outros «generais conspiradores de 1973 em menor» de coro. O seu movimento não seria um golpe de Estado, mas sim um expediente aos oficiais superiores, «fazendo sentir ao poder vigente firme e decisivamente, as mudanças que se tornavam indispensáveis». Mas existia outra designação para isso além de «pronunciamento militar»?

Com as suas obsessões, não admira que o autor acabe por considerar Marcello Caetano como suspeito de ligação aos autores do golpe do 25 de Abril ou que auge o novo regime de ter criado em África «países comunistas». Trata-se, claro de teses políticas que o general (que esteve injustamente detido após o 25 de Abril) tem legitimidade de apresentar — e que poderiam mesmo ter o seu encaixe exótico se fossem defendidas com base em argumentação sólida. Mas nada disso se passa: o texto é esquemático e abstracto, limitando-se muitas vezes a um enunciado de princípios e a constantes repetições e remissões entre alíneas e capítulos. Posui, afinal, a estrutura sinuosa de um qualquer manual de estudos estratégicos apresentado por Kaulza numa escola militar.

Por outro lado, o raciocínio do autor possui a complexidade do de um Américo Tomás ou de um Nuno Rocha. Mas isso são efeitos prováveis da sua profissão da estada no Hemisfério Sul.

(Edições Referendo, 1987, 388 págs., 1500\$00)